

Nome: Ana Laura Nunes Ferreira. (99) 98183-6381

Tema: Dissertativo-argumentativo

Tema: Como continuar a combater a taxa de mortalidade infantil no Brasil.

O artigo 227º da Constituição Federal de 1988 confere que é dever da família, sociedade e Estado assegurar, com prioridade, o direito à vida, saúde e educação. Tal norma, embora correta, não é efetivada no hediondo cenário global, sobretudo no Brasil, posto que barreiras no combate à taxa de mortalidade infantil vem crescendo a cada dia. Isso ocorre, ora em função da ausência de saneamento básico, ora pela ineficiência estatal.

Convém ressaltar, a princípio, que a ausência de saneamento básico é fator determinante para a persistência do aumento da taxa de mortalidade infantil. Isso pode ser evidenciado na matéria divulgada pelo jornal "O Globo", que consta que, no Brasil, mais de 60 milhões de crianças não possuem acesso à água e rede de esgoto, provocando, assim, o desencadeamento de doenças. Analisando tal dado, é notório que esses fatores atuam em um fluxo contínuo e favorecem na formação de um problema social com dimensões cada vez maiores.

Outrossim, como efeito negativo da insuficiência estatal, destaca-se a diminuição da qualidade das instituições de saúde e educação pública. De acordo com o filósofo inglês Thomas Hobbes, "o homem é o lobo do homem". Nesse sentido, afirma-se tal lógica humanista ao verificar que, hoje, o governo do Estado para estagnar a taxa referente às mortes infantis. Essa problemática mensuranta uma engrenagem viciosa que pode resultar na morte de milhões de crianças.

Impõe-se, portanto, que medidas são necessárias para solucionar o impasse e garantir a solidificação de políticas que visem à construção de uma sociedade melhor. Segundo o filósofo e sociólogo polonês Zygmunt Bauman, "não são as coisas que mudam o mundo, e sim nossa reação a elas". Nesse âmbito, o Estado deve, por meio de projetos públicos, promover melhores investimentos no sistema público de saúde, bem como na educação infantil. Além disso, é indubitável a estimulação de melhorias na infraestrutura das cidades, com enfoque em regiões periféricas. Assim, a sociedade brasileira poderá caminhar para a completude do bem-estar coletivo, assegurando a efetivação do artigo 227º.